

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Os números são resultado direto da crescente profissionalização dos times

Investidor europeu aguarda queda de juros para investir no Brasil

Um relatório do BTG Pactual distribuído a clientes diz que os investidores europeus estão otimistas com o novo marco fiscal do governo. Segundo o documento, a percepção geral do Brasil é positiva. Contudo, falta um ingrediente para que ampliem seus aportes no mercado brasileiro: a queda dos juros. “Ainda sentimos que há maior exposição ao México do que ao Brasil, mas quase todo mundo parece estar esperando que os juros comecem a cair para comprar mais”, escreveu o analista Eduardo Rosman.

Divulgação



Marisa lança programa de corte de custos

Em meio a uma crise que se arrasta há uma década, a rede Marisa busca alternativas para recuperar a boa forma. Ontem, a empresa revelou que criou um programa destinado a cortar R\$ 50 milhões de custos no período de um ano. “Para gerarmos resultados sustentáveis, temos que ter a coragem de abandonar modelos de gestão e governança tradicionais, frágeis e hierarquizados”, disse, em comunicado ao mercado, João Nogueira Batista, presidente e diretor de Relações com Investidores da Marisa.

Dívidas em queda e receitas em alta: o novo retrato do futebol brasileiro

A consultoria Sports Value, especializada em marketing esportivo, produziu um ranking que elenca os times mais endividados do Brasil. A lista é liderada por Atlético-MG (R\$ 1,5 bilhão em dívidas), Cruzeiro (R\$ 1 bilhão), Corinthians (R\$ 910,4 milhões), Palmeiras (R\$ 875,8 milhões) e Internacional (R\$ 865,7 milhões). No campo oposto, entre os clubes grandes em situação financeira melhor, aparecem Flamengo (dívida de R\$ 258,8 milhões), Grêmio (R\$ 518,1 milhões), Santos (R\$ 539,9 milhões), São Paulo (R\$ 586,6 milhões) e Vasco (R\$ 664,1 milhões). A boa notícia é que a situação do futebol brasileiro está ligeiramente melhor. Em 2020, no auge da pandemia, a dívida dos 20 principais clubes do país somava R\$ 12,1 bilhões. Em 2022, ela caiu para R\$ 10,6 bilhões. Por sua vez, as receitas aumentaram de maneira expressiva, passando de R\$ 6,9 bilhões para R\$ 7,5 bilhões em um ano. Os números são resultado direto da crescente profissionalização dos times.



Melton Santana/Fluminense FC

Adoção do home office cai entre as empresas brasileiras

O home office parecia ser um modelo definitivo para a maior parte das empresas, mas o trabalho longe do escritório tem sido cada vez mais questionado. Segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), 57,5% das empresas brasileiras permitiram o home office, de forma total ou parcial, em 2021. No ano passado, o número caiu para 32,7%. Muitos chefes argumentam que a presença física na companhia faz diferença, mas os subordinados preferem dar expediente em casa.

Arquivo Pessoal



É uma geringonça*

Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central, sobre o arcabouço fiscal criado pelo governo Lula

R\$ 45,1 BILHÕES

é quanto as instituições financeiras brasileiras deverão investir na área de tecnologia em 2023, segundo estimativa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). É o maior valor da história

CB.PODER

Mudança na correção do FGTS, em exame no STF, pode ter impacto no Minha Casa, Minha Vida, diz ministro Jader Filho

Moradia popular sob risco

» ISABEL DOURADO*

O governo teme que uma eventual mudança na forma de correção dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), tema que vem sendo discutido no Supremo Tribunal Federal (STF), prejudique o programa Minha Casa Minha Vida, voltado a famílias de baixa renda. Na avaliação do ministro das Cidades, Jader Filho, como o FGTS é uma das principais fontes de recursos do programa, a mudança tornaria mais caro o financiamento das unidades

habitacionais e, consequentemente, o preço das casas.

Os depósitos do FGTS são corrigidos pela Taxa Referencial (TR), que ficou anos zera, mais juros de 3% ao ano, o que implica perda real para os cotistas do fundo. O STF julga uma ação do Solidariedade que questiona o uso da TR. Relator do processo, o ministro Luís Roberto Barroso apresentou voto no qual propõe que a correção seja igual ao rendimento da poupança, e foi acompanhado pelo ministro André Mendonça. O julgamento, porém, foi suspenso por um pedido de visita do ministro Nunes Marques.

Mariana Lins



Para Jader Filho, se custos subirem, fundo não poderá mais financiar programas para baixa renda

“Isso impacta, fundamentalmente, o financiamento que é tomado pelas pessoas para que possam alcançar as suas unidades habitacionais, enfim, a sua casa. Se o voto do ministro Barroso prevalecer, afetará muito o programa Minha Casa, Minha Vida no que diz respeito às famílias que têm uma renda mais baixa”,

explicou Jader Filho. O Ministro de Cidades participou do programa *CB.Poder*, parceria entre o *Correio* e a TV Brasília, conduzido ontem pela jornalista Denise Rothenburg.

Na avaliação do ministro Luís Roberto Barroso, é legítimo impor aos trabalhadores o custo de programas públicos. Para Jader Filho,

“o problema é como equilibrar essa decisão, o voto do ministro Barroso, com aquilo que o FGTS fez ao longo da sua história, que é financiar habitação”. “Se essa decisão do ministro Barroso prevalecer, o fundo que vai financiar a habitação para pessoas mais pobres desse país não será mais o FGTS”, afirmou.

O Minha Casa, Minha Vida

foi criado em 2009, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2020, sob a gestão de Jair Bolsonaro, foi substituído pelo Casa Verde e Amarela — que alterou alguns pontos do programa original. Em fevereiro deste ano, Lula assinou medida provisória para retomar o Minha Casa, Minha Vida.

Orçamento

Jader Filho afirmou que, se não fosse a PEC da Transição, aprovada em dezembro para recompor o Orçamento da União, não seria possível discutir o Minha Casa, Minha Vida. Segundo ele, o orçamento do programa para este ano é de R\$ 9,5 bilhões. A expectativa para este ano é a de construir 145 mil unidades habitacionais.

“Obviamente a gente vai depender da recepção das propostas para começar a fazer essas contratações. Na sequência, vamos trabalhar com o PNHR, voltado para habitações rurais. Acredito que, nos próximos 15 dias, as portarias desse programa sejam publicadas”.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

ENERGIA NUCLEAR

Para MME, concluir Angra 3 é prioridade

» RAFAELA GONÇALVES

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, confirmou que a conclusão das obras da usina nuclear de Angra 3 é uma prioridade do governo. Durante audiência na Comissão de Minas e Energia na Câmara dos Deputados, o secretário de Energia Elétrica da pasta, Gentil Nogueira de Sá Junior, apresentou

um panorama da obra, que está parada desde 2015.

Segundo o secretário, a obra está orçada em R\$ 27,8 bilhões, sendo que R\$ 7,8 bilhões já foram investidos. O montante de investimentos necessários é de R\$ 20 bilhões, que, de acordo com a pasta, está sendo analisado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Toda uma modelagem

está sendo construída pelo banco, porque essa usina terá geração constante, e temos que alcançar o equilíbrio entre segurança energética e modicidade tarifária”, disse o ministro.

O cronograma inicial aponta que o projeto tem condições de ser concluído em 2029. O objetivo, de acordo com o MME, é de poupar água nos reservatórios de hidrelétricas quando há pouca chuva. No entanto, as estimativas apontam que o custo da energia de Angra 3 ficaria elevado, na casa de R\$ 720 por MWh (megawatt-hora) nos primeiros 16 anos, caindo para R\$ 240 na sequência.

Com os reservatórios das hidrelétricas cheios, a energia no mercado está custando R\$ 55 à vista.

O MME afirmou que avalia o investimento porque a energia nuclear é uma alternativa dentro da transição energética, uma vez que não gera emissões de gases de efeito estufa. A pasta também entende que há benefícios adicionais, como a geração de emprego e renda no entorno do projeto, bem como na extração mineral para suporte. O secretário de Energia Elétrica afirmou ainda que o governo discute um “retrofit” de Angra I, que está há 40 anos em atividade.

Eletronuclear

O ministro também prestou esclarecimentos sobre a indicação, para o comando da Eletronuclear, do advogado Raul Lycurgo, que, segundo parlamentares, não tem conhecimento técnico na área de usinas nucleares.

De acordo com Silveira, o indicado “tem vasta experiência na gestão pública”. “É procurador-geral de carreira, foi diretor da Cemig, presidente da Taesa, que é a maior empresa de transmissão do Brasil. É correlato ao setor elétrico”, afirmou.



A energia nuclear é uma alternativa dentro da transição energética, uma vez que não gera emissões de gases de efeito estufa*

Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia